

## **ASPECTOS DA OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE BRASILEIRO: APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A AGROPECUÁRIA E A SUSTENTABILIDADE DO MEIO NATURAL NA REGIÃO DE BARRA DO GARÇAS/MT**

ANDRÉ SOUSA SANTOS\*

### **RESUMO**

O Centro-Oeste brasileiro representa fundamental importância para a economia nacional, porém este território manteve-se pouco povoado e pouco desenvolvido sob o ponto de vista econômico até aproximadamente metade do século XX. Foi então, a partir de ações estatais de ocupação e desenvolvimento, que a região passou a ser integrada às demais regiões do país. Dentre as ações estatais mais importantes, podemos citar a Fundação Brasil Central (FBC) exerceu papel catalisador de recursos e promoveu ações destinadas a preparar uma logística que subsidiaram o desenvolvimento do capital. O estado de Mato Grosso fez parte da rota da FBC e, sobretudo o município de Barra do Garças despertou interesse daqueles que eram detentores do poder à época em função da vocação agropecuária da região. Isso fez com que na década de 70, Barra do Garças se destacasse como o maior produtor de arroz do país. Na década de 80 a região foi efetivamente inserida no rol de propulsores do capital brasileiro, sendo destaque na produção de grãos e carne. Observou-se também neste período um forte movimento migratório e a inserção de novas tecnologias empregadas na produção agropecuária. Até os dias atuais, a produção tem aumentado consideravelmente a cada ano e junto com o crescimento econômico, tem crescido também os impactos aos recursos naturais que por sua vez são de suma importância para o desenvolvimento da agropecuária. É necessário, portanto, que sejam observadas todas as condições de legislação ambiental, respeitando os limites do meio ambiente, onde toda a produção esteja ancorada nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Centro-oeste. Agropecuária. Recursos naturais. Desenvolvimento sustentável.

### **ABSTRACT**

The Brazilian Midwest is crucial for the national economy, but the territory remained sparsely populated and underdeveloped from an economic point of view to about half of the twentieth century. Then, from state actions of occupation and development, the region became integrated to the other region of the country. Among the most important state actions, we can mention the Fundação Brasil Central (FBC) had catalytic role of resources and promoted actions to prepare a logistics that supported the development of the capital. The state of Mato Grosso was part of the FBC route and especially the city of Barra do Garças aroused interest of those who were in power at the time due to the agricultural vocation of the region. This

---

\* Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestrando em Ciências Sociais e Humanidades - Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas.

made in the 70s, Barra do Garças was the largest rice producer in the country. In the 80s the region was effectively inserted in the list of drivers in the Brazilian capital, with emphasis on the production of grains and meat. It was also observed in this period a strong migration and the inclusion of new technologies used in agricultural production. Until today, the production has increased considerably every year and along with economic growth, has also grown impacts to natural resources which in turn are of paramount importance for the development of agriculture. It is necessary, therefore, to be observed all the requirements of environmental legislation, within the limits of the environment, where all production is anchored in the three pillars of sustainable development: social, economic and environmental.

**KEYWORDS:** Midwest. Agriculture. Natural resources. Sustainable development.

## **INTRODUÇÃO**

A região Centro-Oeste representa fundamental importância para a economia nacional por apresentar atributos que lhes são peculiares, como por exemplo, o seu posicionamento geográfico a presença de importantes rios, clima tropical, solos de fácil manejo e, portanto, propícios ao desenvolvimento da agricultura e outras atividades econômicas, além da maior parte de seu território estar inserido no Bioma Cerrado, o segundo maior bioma do país, que, dentre outras características, se destaca por sua rica biodiversidade. Fazem parte desta região, os estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal.

Este texto propõe uma reflexão e apontamentos sobre as ações estatais para ocupação do Centro-Oeste brasileiro, região que apresenta grandes faixas territoriais de Cerrado. Ressaltaremos aqui um recorte feito sobre o desenvolvimento da agropecuária na região de Barra do Garças/MT e o reflexo deste tipo de atividade econômica sobre os recursos naturais do município e região.

Barra do Garças conta hoje com 58.398 habitantes (IBGE, 2016) e está localizada no estado de Mato Grosso, na divisa com o estado de Goiás. Distante 500 km da capital Cuiabá e 400 km de Goiânia/GO, o município faz parte de uma conurbação<sup>1</sup> com as cidades de Pontal do Araguaia/MT e Aragarças, esta última, pertencente ao estado de Goiás.

---

<sup>1</sup> O processo conurbação ocorre quando uma cidade passa a absorver os núcleos urbanos localizados à sua volta, pertençam eles ou não a outros municípios. Uma cidade absorve a outra quando passa a desenvolver com ela uma 'intensa vinculação socioeconômica'. (VILLAÇA, 2001:51).

No século XVII, a descoberta do ouro no Centro-Oeste levou muitas pessoas a migrarem para esta região. Neste sentido, Saquet (2007:28) salienta que “o território é experimentado para além de habitat do homem, como receptáculo de suas atividades econômicas, principalmente, no decorrer dos séculos XVII e XVIII.”

Ainda assim, cabe ressaltar que o território em questão, manteve-se pouco povoado e pouco desenvolvido sob o ponto de vista econômico até aproximadamente metade do século XX. Foi então durante a II Guerra mundial que surgiu o “conceito vital”, onde:

[...] as áreas vazias ou economicamente mal-aproveitadas do planeta deveriam – em benefício da humanidade – serem ocupadas por nações que, historicamente, tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios, no sentido de criar neles condições modernas de habitabilidade e, ademais, de obter deles a produção de riquezas. (REIS, 1968:135; VARJÃO, 1989:53-54 *apud* MACIEL, 2015:245).

Neste sentido, é necessário fazer um adendo sobre as diferenças entre os termos “espaço” e “território”, a fim de desfazer alguns equívocos que por repetidas vezes são cometidos ao se tratar deste assunto. Para Daniel Lemos Jeziorny,

[...] território é a projeção de relações sociais em um espaço determinado, isto é, de relações de poder que operam sobre um substrato material (o espaço). De acordo com esse raciocínio, o espaço antecede ao território: primeiro há de haver um “espaço” (físico, geográfico) para que sobre ele se projetem relações sociais (de poder) e, desse modo, se transforme num “território”. Portanto, os conceitos de “espaço” e “território” não são termos equivalentes, tampouco sinônimos. (JEZIORNY, 2015:136).

Contrapondo as definições de “espaço” e “território” com a tese alimentada de ocupar as “áreas vazias” do planeta, temos que o Centro-Oeste e a Amazônia brasileira estavam no rol de terras a serem ocupadas e transformadas. O que vale advertir, no entanto, é que durante a Expedição Roncador Xingu<sup>2</sup>, aqueles que se ocupavam das frentes de trabalho, se depararam com inúmeros grupos indígenas. Logo, é incorreto pensar que o Centro-Oeste constituía-se em um “espaço vazio”, uma vez que já era habitado.

---

<sup>2</sup> Dulce Portilho Maciel, em um de seus trabalhos sobre a Fundação Brasil Central, retrata a Expedição Roncador Xingu como uma iniciativa criada com o objetivo de se implantar infra-estruturas e possibilitar o estabelecimento de uma rota de comunicação – terrestre, aérea, rádio-comunicação, etc. – pelo interior do Brasil, entre a cidade do Rio de Janeiro (então, a Capital federal) e Manaus. A geografia da vasta área entre a Serra do Roncador (leste do estado de Mato Grosso) e o alto rio Xingu (confluência entre o nordeste de Mato Grosso e o sudeste do estado do Pará) era, sob inúmeros aspectos, ainda desconhecida. (2005:149).

As informações sobre o processo histórico de ocupação da região onde está situada a cidade de Barra do Garças (MT), serão apresentadas aqui a partir do início do século XX, quando uma grande leva de migrantes, principalmente do norte do país, começou a chegar à região atraída pelas famosas jazidas de diamantes localizadas na região do Araguaia.

A partir de 1924, começaram a se instalar as primeiras famílias garimpeiras que, além da garimpagem, tinham também na pequena lavoura de beira rio, na caça e na pesca seus meios de subsistência. Oliveira faz apontamentos sobre este assunto, ressaltando que:

A partir do estabelecimento dos primeiros núcleos garimpeiros e das primeiras formações urbanas, seguiram-se na região quatro fases de ocupação e desenvolvimento econômico: garimpeira (1924 à 1942), Fundação Brasil Central (1943 à 1964), agropecuária e de incentivos fiscais (1964 à 1973) e contemporânea – migração gaúcha e agricultura. (OLIVEIRA, 2012:25).

Colaborando com esta proposição, encontramos no trabalho de Maciel (2005:146) “apontamentos de que na região Centro-Oeste as atividades de mineração de ouro e pedras preciosas foi o fator determinante no desenrolar de um processo de ocupação populacional”. Ao final do ano de 1937, sob o regime denominado Estado Novo,

[...] foi inaugurada pelo governo federal uma campanha largamente difundida pela imprensa, intitulada Marcha para o Oeste. Esta campanha tinha como principal objetivo o povoamento, a ocupação econômica e a modernização sociocultural das regiões Amazônica e Brasil Central. Foi então, que para subsidiar esta grande empreitada, foi criada em 1943 a Fundação Brasil Central (FBC). (MACIEL, 2005:146).

A Fundação Brasil Central, criada em 1943 e dirigida pelo então Ministro João Alberto de Lins e Barros que organizou a chamada Expedição Roncador Xingu, tinha como objetivo reconhecer áreas que pudessem ser exploradas, com aberturas de estradas que integrassem diferentes regiões do país. Assim, instalados na área que hoje representa o município de Aragarças, os integrantes da expedição iniciaram as atividades de penetração, ocupação e exploração daquela região. Maciel cita que:

A tarefa mais urgente da FBC seria a de absorver a Expedição Roncador Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar – engenheiros, agrimensores, médicos, sertanistas (atuais indigenistas), pilotos de avião, trabalhadores braçais, caçadores, cozinheiros, etc. (MACIEL, 2015:249).

Para Lima Filho (2001:22), “a Fundação Brasil Central seria catalisadora de recursos e ações destinadas a preparar uma estrutura logística para o desenvolvimento do capital que não menosprezava a vocação agropecuária da região.”

Ainda em 1943, foi fundada a cidade de Aragarças (GO), a fim de servir de base avançada para as atividades da FBC. O nome da cidade deriva dos nomes dos rios que se reúnem naquele ponto, o rio Araguaia e seu afluente pela margem esquerda, o rio Garças. (MACIEL, 2006:47).

A cidade de Aragarças, durante décadas, constituiu-se em um verdadeiro canteiro de obras, pois além de abrigar a sede administrativa da FBC, havia a necessidade de casas para moradia e, posteriormente, de um aeroporto. (MACIEL, 2012:42). Ainda sobre este assunto, Moraes destaca que:

Neste processo de modernização, observa-se a incorporação material das “novas terras” sendo novamente acompanhada pela violência que marca o avanço da frente pioneira, e de novo conhecendo uma apropriação simbólica do processo que o interpreta como uma nova epopéia na construção do país. (MORAES, 2002:122)

Além da Fundação Brasil Central, outras ações estatais na região Centro-Oeste também influenciaram na dinâmica econômica e ambiental deste território. Cabe aqui ressaltar a criação, em 1967, da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que trouxe como premissa, o desenvolvimento da região.

Na tentativa de transformar o Centro-Oeste em pólo de desenvolvimento econômico foram gradativamente implantados programas como o POLOCENTRO, o da Grande Dourados, o do Pantanal e o da Região Geoeconômica de Brasília. Dos programas citados anteriormente, afirma Steinberger (2000:42), que o POLOCENTRO foi o que teve maior impacto na região Centro-Oeste, priorizando o aumento da produção agropecuária a fim de incorporar ao setor produtivo 3,7 milhões de hectares de terras do Cerrado, durante cinco anos.

O POLOCENTRO implementou ações como a abertura de estradas, à utilização de insumos agrícolas nas plantações, a implantação de rede de energia rural e outras ações voltadas às atividades de agricultura e comércio.

Há registros de que ainda na década de 1970, observou-se a chegada de uma grande leva de migrantes sulistas na região. Estes migrantes intensificaram a prática da agricultura e pecuária. Foi neste período que segundo Queiroz (2012:196), “o município de Barra do Garças viveu uma fase áurea, de grande pujança econômica”. A ponto de, em 1979, destacar-se como o maior produtor de arroz do país.

Percebe-se, assim, que desde o início do processo de ocupação da região de Barra do Garças, atividades envolvendo a exploração do meio ambiente foram as protagonistas na produção econômica, e ainda hoje a agricultura e a pecuária representam a base da economia regional.

Sobre este assunto, Ablas e Fava (1985:137) há mais de três décadas destacaram que “o Centro-Oeste, cujo processo de ocupação teve início um período anterior e encontra-se hoje em estágio avançado, apresenta uma importante contribuição ao produto agropecuário do País”.

Considerando que o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste cresceu a passos largos até os dias atuais, é possível inferir que, em virtude dessas atividades econômicas que utilizam diretamente os recursos naturais, muitas mudanças ocorreram no panorama ambiental do lugar.

## **AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL**

A partir da caracterização apresentada na primeira parte deste texto, podemos observar de maneira sucinta algumas informações sobre o processo de ocupação do Centro-Oeste brasileiro como medida de inclusão deste território ao panorama econômico nacional, enfocando, principalmente, a região onde se localiza o município de Barra do Garças/MT.

É importante lembrar que este processo de ocupação e modernização, ao atender aos interesses de quem detinha o poder à época, provocou muitos conflitos com os grupos populacionais já existentes neste território. Em Barra do Garças viviam, principalmente, garimpeiros e há também registros de indígenas da etnia Xavante em áreas adjacentes.

Assim, em terras vizinhas ao município de Barra do Garças, a instalação da base de Aragarças/GO representou um ponto de apoio para a continuidade da marcha em direção ao

Xingu, desbravando novas terras e dotando-as de infraestrutura necessária ao povoamento da região, provocando transformações materiais que interferiram, sobremaneira no cotidiano de quem ali estava.

Corroborando com as colocações anteriormente citadas, a historiadora Dulce Portilho Maciel, argumenta que:

A localidade escolhida, em razão de suas boas condições de salubridade, para servir de base avançada à Expedição, possuía já algumas construções rústicas, habitadas por uma pequena população de garimpeiros; denominava-se Barra Goiana. Em frente a esta localidade, erguia-se do lado mato-grossense do rio Araguaia, um povoamento relativamente consolidado, chamado Barra Cuiabana, origem da atual cidade de Barra do Garças. (MACIEL, 2006:8).

E parafraseando Lima Filho (2001:22), os visionários da Marcha para o Oeste, liderados pelo então ministro João Alberto Lins e Barros, acreditavam que, ao contrário dos recursos minerais de forte apelo até então, a região de Barra do Garças, sobretudo as margens do Araguaia, apresentava forte vocação para a agropecuária.

É notório que a resposta a estes anseios políticos da época foi positiva, pois Barra do Garças hoje destaca-se como pólo de desenvolvimento agropecuário no estado de Mato Grosso.

Apesar de os programas de incentivo ao desenvolvimento econômico do Centro-Oeste terem sido implementados a partir das décadas de 60 e 70, foi somente a partir da década de 80 que a região passou a representar cerca de 40% na produção nacional de grãos e carnes e com isso foi efetivamente inserida no rol de propulsores do capital brasileiro.

Entre as décadas de 70 e 80, observou-se um grande movimento migratório para a região de Barra do Garças. Mão de obra não qualificada e não capitalizada impulsionaram as primeiras levas de migrantes, tratava-se daqueles que viriam desempenhar um trabalho basicamente braçal, e, posteriormente, a chegada de mão de obra qualificada e tecnologias voltadas para o trato com a terra, estes últimos vindos em sua maioria das regiões Sul e Sudeste do país<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Valdon Varjão, cearense radicado em Barra do Garças/MT, foi vereador e senador. Exímio conhecedor da história local, em um de seus livros afirmou que [...]“os gaúchos foram os responsáveis por esse programa avançado de desenvolvimento da região”. (VARJÃO, 1992:80).

As migrações, a chegada de mão de obra qualificada e capitalizada, a utilização de conhecimentos de cunho tecnológicos provocaram mudanças no contexto urbano e rural do município de Barra do Garças, ampliando sua população em mais de 60%. Acentua-se a partir de então o valor da terra enquanto mercadoria e reprodução do capital. Na zona rural, os migrantes sulistas foram os pioneiros na utilização de insumos para a correção e fertilização dos solos com vistas ao melhoramento da produção agrícola. Acrescenta-se a estes fatores, a retirada considerável de vegetação para a produção de grãos e também para a criação de gado.

Sobre este assunto, Gaspar (2015), Rezende (2002) e Almeida (2010), fazem suas considerações e reflexões, como podemos observar nos parágrafos seguintes.

Segundo os chamados *gaúchos*, ser *pioneiro* significou chegar primeiramente às áreas do Mato Grosso ou da Bahia, após a saída do Sul do país, comprar terras nesses estados e, somente depois de um período de montagem das áreas de plantio, passar a cultivar arroz e soja. Ser *pioneiro* indica, também, a inserção precoce na agricultura mecanizada e a experiência nesse novo ambiente – cerrado. E, consideram-se *pioneiros* aqueles que tiveram acesso às terras em áreas de novas *fronteiras agrícolas* independentemente do cultivo de soja nos seus primeiros anos. (GASPAR, 2015:131).

Numa perspectiva capitalista, Rezende (2002:1) considera estas transformações como “uma mudança espetacular que ocorreu na aptidão agrícola dos solos no Brasil, com a descoberta de soluções para os problemas de baixa fertilidade natural e elevada acidez”.

Por outro lado, Almeida (2010:23) faz um alerta ao dizer que atividades ligadas à agricultura e pecuária “podem causar uma série de impactos ambientais negativos, tais como: degradação do solo, poluição dos recursos hídricos, emissão de gases de efeito estufa e redução da biodiversidade, com magnitude variável”.

Existem também registros de que as experiências adquiridas pelos sulistas em terras cerratenses no estado de Mato Grosso conferiram a estes migrantes um “*know how*” em relação ao melhoramento de solos para cultivo de grãos. Estes conhecimentos foram levados adiante em novas migrações, principalmente para as regiões norte e nordeste. Assim, estes agricultores “pioneiros” (maneira como os próprios sulistas se intitulam) foram em busca de novas áreas propícias de serem exploradas para tais atividades.

Os programas de incentivo que se tornaram evidentes na década de 80 fizeram com que além do cultivo de grãos, a bovinocultura também fosse ampliada na região de Barra do



Garças. O crescimento da produção foi tão expressivo que, em 1985, a “Sadia” inaugurou no município um frigorífico com capacidade de abatimento de 1.200 cabeças/dia, bem como passou a empregar um grande número de funcionários. Além do frigorífico Sadia, outros dois frigoríficos de pequeno porte se instalaram na localidade.

O domínio dessas áreas com o emprego de tecnologias que propiciaram um melhor aproveitamento de terras não tão propícias para o desenvolvimento de tais culturas conferiu à região um aumento nas colheitas e na quantidade de gado de corte inseridos nos pastos. Isso provocou um crescente processo de antropização e alteração dos recursos ambientais, que vão além da supressão da vegetação até a interferência direta e indireta nos recursos hídricos.

Barra do Garças, que integra a Região de Planejamento Leste (segundo o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico de Mato Grosso), juntamente com outros 16 municípios próximos, sendo eles: Água Boa, Araguaiana, Araguaína, Campinápolis, Canarana, Cocalinho, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Pontal do Araguaia, Ponte Branca, Querência, Ribeirão Cascalheira, Ribeirãozinho, e Torixoréu. E de acordo com dados apresentados pelo Plano de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (2005:23), “a economia da região de Barra do Garças tem uma forte presença da agropecuária, que representa 42,9% da produção regional.”

A partir dos dados acima expostos, é possível presumir que Barra do Garças é um dos municípios do Estado de Mato Grosso que se destaca como potencialidade para a ampliação do desenvolvimento da agropecuária e conseqüente crescimento econômico, como já tem sido observado desde sua ocupação. Mas o que se configura como fator negativo para tal fato está relacionado com o esgotamento dos recursos ambientais, uma vez que estes são diretamente utilizados de forma desordenada, sem vistas à sustentabilidade ambiental.

A área do município de Barra do Garças é de 911.261,63 km<sup>2</sup> e de todos os agravos ao meio ambiente, observa-se que o desmatamento é o tipo de ação negativa ao meio ambiente que ganha maior destaque. Dados da Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (2013:1), mostram que “o total de áreas desmatadas no município aumentou de 384.248, 40 hectares até o ano de 2005, para 397.010, 53 hectares até 2013”.

Assim, observa-se em Barra do Garças que a prática da agropecuária levou a uma série de impactos ambientais negativos como por exemplo substituição de vegetação nativa por pastagens, estes danos podem ser observados inclusive em áreas de proteção permanente

como por exemplo as margens de rios, que leva também à contaminação das águas superficiais por produtos químicos oriundos das lavouras próximas aos cursos d'água, perda e contaminação de solo e consequente assoreamento dos rios.

Outro problema ambiental bastante acentuado no município são os processos erosivos. Ao substituir a vegetação nativa por pastagens e a colocação de gado nestas áreas, ocasiona-se a compactação do solo, o que dificulta a infiltração da água fazendo com que haja um escoamento superficial, gerando as chamadas erosões. As erosões acabam por diminuir a fertilidade do solo, levar porções deste material para o leito dos rios, assoreando-os, fazendo com que seus níveis d'água diminuam, tornando os rios não navegáveis, principalmente no período de seca; provocando a escassez de peixes oriundos desses locais.

Sobre a modernização dos processos produtivos, temos que a expansão das plantações e das criações, a mecanização do trabalho no campo, o uso dos recursos de maneira a não se observar os limites dos recursos ambientais, sem que houvesse um olhar voltado para o desenvolvimento de forma sustentável, mas sim uma exploração ambiental exacerbada, sem levar em conta a capacidade de resiliência dos ambientes naturais, sem dar a devida importância ao conhecimento sobre a dinâmica ambiental e as peculiaridades do Cerrado.

Diante de todos os fatores abordados até aqui, é possível afirmar que Barra do Garças exerce um papel importante na economia regional, pois além da agropecuária, que tem uma maior representatividade em seu perfil produtivo, observa-se também um crescimento do setor de serviços, onde o turismo aponta como atividade secundária, colaborando para geração de renda local. Mas até mesmo o turismo regional depende dos recursos ambientais para que suas atividades sejam desenvolvidas, pois o que garante ao município e o caráter de cidade turística são as belezas naturais do lugar.

Entretanto, mesmo existindo medidas ambientais protetivas a determinadas porções de terras, que culminaram na criação de algumas unidades de conservação e áreas afins, o município ainda apresenta um considerável grau de antropização.

A criação dessas áreas de preservação garante a proteção de terras indígenas, nascentes de córregos importantes para o abastecimento de água de parte do município, preservação de espécies de animais e plantas endêmicas e ameaçadas de extinção.

Sobre as áreas de conservação que permeiam o município de Barra do Garças, encontramos no trabalho de Machado e Cedro que:

Em contrapartida à alteração acentuada da cobertura vegetal em áreas agora destinadas à produção de carne e grãos, temos grandes faixas de terras conservadas por estarem protegidas por lei, como é o caso das terras indígenas Merure e São Marcos e a Áreas de Proteção Ambiental Pé da Serra Azul. Estas somam 2176,3 Km<sup>2</sup> ou 21763 hectares, dos 3174,7 Km<sup>2</sup> de vegetação remanescente e trazem à tona a problemática do papel das áreas indígenas e sua importância na conservação do meio ambiente. (MACHADO; CEDRO, 2009:12).

Ainda que existam todas essas faixas territoriais acima citadas voltadas para a conservação da cobertura vegetal de áreas de Cerrado no município, faz necessário que outras medidas de proteção ambiental sejam tomadas em relação a não somente a cobertura vegetal, mas também ao uso adequado do solo, das tecnologias empregadas na realização dos trabalhos agropastoris, do uso da água, da gestão de resíduos sólidos, de uma eficaz aplicação da legislação ambiental e ampliação da fiscalização dos processos de produção nos ambientes naturais.

Considerando que Barra do Garças encontra-se em franco desenvolvimento econômico e populacional, há que se pensar com urgência em novas estratégias que venham de encontro às questões voltadas para a sustentabilidade dos recursos que são matéria prima para a manutenção da economia local.

Ao se pensar em crescimento da população, é importante ter em mente que este fenômeno representa uma maior pressão sobre a produção e, portanto, requer um uso apropriado dos recursos, investimentos em pesquisas voltadas para a proteção do patrimônio natural, agregação de valores que vão além do crescimento econômico, mas também se levando em conta as questões sociais, culturais e ambientais. Para que haja um equilíbrio entre estes aspectos, deve haver um diálogo entre os possíveis agentes que movimentam os processos produtivos com criação de políticas públicas que visem à inserção de uma política ambiental eficaz junto ao setor econômico.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este texto, é possível concluir que os processos de ocupação e os incentivos para a modernização econômica do Centro-Oeste brasileiro foram de suma

importância para desencadear o crescimento da região, mas que também exerceram influência sobre o uso incorreto e não ordenado dos recursos naturais.

Ao lançarmos um olhar crítico para a dinâmica econômica e populacional de Barra do Garças, observamos que estes incentivos foram responsáveis por impactos positivos em alguns aspectos e negativos em outros. Positivos do ponto de vista do aumento da produtividade, aumento da população em função de inúmeras migrações ocorridas, geração de emprego e renda, além da inserção de Barra do Garças no contexto econômico regional e nacional. Por outro lado, os impactos negativos são os relacionados com a utilização de máquinas pesadas, manejo incorreto do solo, o uso de fertilizantes e agrotóxicos, perda de biomassa em função do desmatamento, poluição de águas de rios e córregos, etc.

O uso desordenado dos recursos ambientais aponta para um esgotamento destes, o que representa um risco muito grande para a manutenção da produção agropecuária em Barra do Garças, fato que com certeza pode comprometer a dinâmica social do município, como por exemplo, aumento da taxa de desemprego, congelamento dos preços da produção, diminuição na movimentação de capital no comércio local, dentre outros efeitos.

Os recursos dos quais dependem o desenvolvimento da agropecuária são renováveis, o que não significa que sejam infinitos. Considerando que Barra do Garças figura-se como pólo de produção agropecuária no estado de Mato Grosso e que o crescimento econômico pressupõe o aumento da produtividade, podemos inferir que o uso de recursos naturais também será maior a fim de atender a demanda de produção.

É neste contexto que o estado de Mato Grosso apresentou no ano de 2009, uma proposta de inserir padrões de sustentabilidade aos processos de produção agropecuária, onde este tipo de produção deve estar ancorado nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o social, o econômico e o ambiental.

Ter um caráter sustentável, neste sentido, significa manter os padrões de produção, gerar emprego e renda; e ainda conseguir fazer uma gestão ambiental eficaz, garantindo a continuidade dos recursos que são a base para o desenvolvimento da agropecuária e com isso amortecer os impactos ambientais locais.

E mesmo com a apresentação de propostas voltadas à conservação dos recursos ambientais, ainda que haja legislação específica, o que se observa em Barra do Garças, a grosso modo, é o não cumprimento de forma parcial ou em sua totalidade da legislação

ambiental em boa parte dos locais onde se pratica a agropecuária. O que nos leva a refletir que a relação agropecuária e desenvolvimento sustentável, é uma relação possível e urgente, desde que observadas todas as condições de legislação, respeitando os limites do meio ambiente, buscando um equilíbrio ao se tratar estas questões.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABLAS, L. A. Q.; FAVA, Vera Lúcia. **Dinâmica Espacial do Desenvolvimento Brasileiro**. São Paulo: IPE-USP, 1985. v. II. 156 p.

ALMEIDA, M. H. S. P de. **Análise econômico-ambiental da intensificação da pecuária de corte no Centro-Oeste brasileiro**. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Mestrado em Ciências, 2010.

GASPAR, R. B. Gaúchos, pioneiros e produtores na expansão do agronegócio no Maranhão. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (Org). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas de território**. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 105 - 142.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades@**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>> Acesso em: 02 jul. 2016.

JEZIORNY, D. L. Território, inovação e desenvolvimento. In: ORTEGA, A. C.; ESTRADA, E. M. (Org). **Desenvolvimento em territórios rurais: estudos comparativos de Brasil e Espanha**. Campinas: Editora Alínea, 2015, p. 135-150.

LIMA FILHO, M. F. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia**. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. 196 p.

MACHADO, L. E. G.; CEDRO, D. B. **Evolução do uso agropecuário no período de 1975 a 2008 no município de Barra do Garças – MT**. UFG. In: SBGFA, 8. 2009, Viçosa. Anais do XIII SBGFA: Universidade Federal de Viçosa, 2009.

MACIEL, D. P. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste Brasileiro**. Plurais (Anápolis), v. 1, n.2, p. 145-161, 2005.

\_\_\_\_\_. **Aragarças (1943-1968): a moderna urbe na rota para o Oeste**. Plurais (Anápolis), v. 3, p. 47-68, 2006.

\_\_\_\_\_. Estado e território na hinterlândia brasileira: as ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: MELLO, M. de; OLIVEIRA, E. C.; SILVA, A. L. da. (Org). **Território, cidades e cultura no Cerrado**. Anápolis: Editora da UEG, 2012, p. 39-64.

\_\_\_\_\_. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) - 1943-1967. In: LUNAS, D. A. L.; XAVIER, G. L.; LUZ, J. S. da. (Org). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas de território**. Anápolis: Editora UEG, 2015, p. 245-260.

MATO GROSSO. **Plano de Desenvolvimento**. Região de Planejamento IV Leste. MT+20. 2005. Disponível em: [http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/IV\\_barra\\_do\\_garcas.pdf](http://www.repositorio.seplan.mt.gov.br/planejamento/download/dr/IV_barra_do_garcas.pdf). Acesso em: 20 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Dados de desmatamento por município até 2013**. Disponível em: [http://www.sema.mt.gov.br/attachments/article/87/Dados\\_de\\_Desmatamento\\_por\\_Municipio\\_%20ate%202013.pdf](http://www.sema.mt.gov.br/attachments/article/87/Dados_de_Desmatamento_por_Municipio_%20ate%202013.pdf). Acesso em: 20 jul. 2016.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas e projetos nacionais no Brasil**. In: Território e História no Brasil. São Paulo: HUCITEC, 2002, p. 112-131.

OLIVEIRA, T. R. **O rio, a fé e o migrante: a chegada do pentecostalismo assembleiano no Vale do Araguaia (1955-1668)**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Mestrado em História, 2012.

QUEIROZ, V. M. **Barra do Garças-MT no contexto socioeconômico da região centro oeste e o surgimento dos moradores de rua**. Revista Eletrônica Geoaraguaia, v. 2, n. 2, p. 188-204. Agosto/dezembro, 2012.

REZENDE, G. C. **Ocupação agrícola e estrutura agrária no cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia**. Texto para Discussão, n. 913. Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2002. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0913.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0913.pdf). Acesso em: 08 de julho de 2016.

SAQUET, M. A. AS relações de poder e os significados do conceito de território. In: **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEINBERGER, M. **Região Centro-Oeste: uma visão geopolítica**. Sociedade e Cultura, v.3, n.1 e 2, jan/dez. 2000, p. 31-49.

VARJÃO, V. **Barra do Garças: do presente ao passado**. Brasília: Senado Federal, 1992.

VILLAÇA, F. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2. Ed. 2001.